

LAZER: DO TEMPO LIVRE À DIMENSÃO CULTURAL E AS NOVAS FORMAS DE ALIENAÇÃO

Recebido em: 02/01/2015

Aceito em: 06/11/2015

Joselaine Andréia de Godoy Stênico

Marcela Soares Polato Paes

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

Rio Claro - SP - Brasil

RESUMO: Este artigo apresenta uma análise do conceito de lazer através dos significados incorporados ao longo do processo histórico, enfocando a memória cultural do início dos tempos e avançando para entender os princípios que impulsionam a construção do sentido do lazer na atualidade. Trata-se de um estudo efetuado por meio de pesquisa bibliográfica de viés histórico, analisando criticamente a contribuição de autores que contextualizam o lazer enquanto objeto de estudos. Nessa direção, inicialmente, realizou-se uma abordagem introdutória sobre a origem da palavra lazer, discutindo, sobretudo, a perspectiva histórica da temática. Posteriormente, foram apresentadas as definições e teorias do lazer de diversos autores e, em especial, a discussão promovida por Norbert Elias. Ampliando o debate, também foi exposta a abordagem de autores marxistas do conceito do lazer sob a ótica do capitalismo e da sociedade de consumo.

PALAVRAS CHAVE: Atividades de Lazer. Trabalho. História.

LEISURE: THE FREE TIME TO DIMENSION CULTURAL AND THE NEW FORMS OF ALIENATION

ABSTRACT: This paper presents an analysis of the concept of leisure through the meanings embedded along the historical process, focusing on the cultural memory of the beginning of time and advancing to understand the principles that drive the construction of the leisure sense nowadays. This is a study by means of bibliographic research of historical bias, critically analyzing the contribution of authors contextualize the leisure as the subject of study. In this direction, initially, there was an introductory approach to the origin of the word leisure, discussing especially the historical perspective of the theme. Subsequently, the definitions and various authors leisure theories were presented and in particular the discussion promoted by Norbert Elias. Extending the discussion was also exposed to approach Marxist authors leisure concept from the perspective of capitalism and the consumer society.

KEYWORDS: Leisure Activities. Work. History.

Introdução

É indiscutível a relevância que a temática “lazer” adquiriu nas últimas décadas. A discussão assumiu uma importância extraordinária na dinâmica do capitalismo, perpassando pela indústria cultural que dissemina práticas sociais de lazer coerentes com o espírito do sistema produtivo, transformando todos os aspectos da vida social em algo comercializável e em taxas de lucros.

No campo acadêmico, um grande número de estudiosos contribuiu com pesquisas na área, especialmente, Lafargue no fim do século XIX, Russel na década de 1930, Friedmann e Dumazedier na década de 1960, Marcellino e Bramante na década de 1980 e entre outros.

Os conceitos desses autores relacionados ao lazer estão associados a uma multiplicidade de temas que vão desde o tempo livre até o desenvolvimento da dimensão cultural e as formas de alienação do homem.

Considerando o breve panorama, este estudo apresenta uma sequência de reflexões e análises a partir de uma pesquisa bibliográfica, sendo o conceito de lazer tomado como referência básica para a análise dos significados incorporados à temática ao longo do processo histórico e do desenvolvimento das relações socialmente construídas, sobretudo, referentes ao lazer e ao trabalho, caracterizado como dimensões da cultura na sociedade.

No processo de construção da pesquisa foram agregadas reflexões complementares que possibilitaram ampliar a discussão e, assim, contribuir para o embasamento teórico de estudos que problematizam o lazer enquanto manifestação cultural e suas relações com as esferas da vida social, como o trabalho, a educação, etc., bem como para a formulação de políticas públicas de atuação na área.

Para tanto, realizou-se uma análise da terminologia “lazer” sob a perspectiva de Norbert Elias e Eric Dunning (1992), considerada aqui de grande relevância para a compreensão e discussão do conceito de lazer na sociedade contemporânea.

Esses autores buscaram compreender o processo que levou o surgimento e o desenvolvimento do lazer, assim como o papel que as atividades praticadas no tempo livre ocupam na vida do indivíduo inserido nas sociedades mais desenvolvidas.

De modo geral, Elias e Dunning (1992) concebem as práticas de lazer como um agente opositor às rotinas da vida social e profissional, além disso, independente de sua relação com outras necessidades, como alimentação, sono, abrigo, água, excreção e outros, a falta de atenção com os momentos dedicados ao lazer constitui uma das maiores lacunas referentes à abordagem dos problemas de saúde mental.

Assim, a função do lazer para Elias e Dunning (1992, p. 137) não é apenas “[...] uma libertação das tensões, mas a renovação dessa medida de tensão, que é um ingrediente essencial da saúde mental”. Nesse sentido, torna-se importante compreender a discussão desta temática no contexto da sociedade atual, onde as tensões diárias e o estilo de vida moderno influenciam diretamente na saúde e qualidade de vida.

Complementarmente, foi realizado também reflexões sobre práticas de lazer a partir da abordagem marxista com a “Teoria do Lazer” de Dumazedier (1975), no qual aborda a dinâmica técnico-econômica, social e cultural da produção do lazer na sociedade industrial, permitindo avançar o debate para a transformação do tempo liberado, o que pressupõe o lazer.

A partir dessas discussões, ampliou-se a análise do lazer frente aos ditames da sociedade industrial capitalista, onde o processo de mercantilização incide em todas as

esferas da vida social, perpassando as formas de cultura e lazer, contribuindo para sua significação na sociedade contemporânea.

2. Trajetória histórica do lazer

A temática “lazer” evoca um grande número de contribuições teóricas que buscam compreender o significado da terminologia ao longo do processo histórico construído pela humanidade. Assim, é possível constatar que:

O lazer do século XX tem sido estudado tanto em relação ao trabalho [...] quanto em relação ao processo de mercantilização do tempo livre e da cultura na sociedade capitalista industrial [...]. Ele tem sido analisado principalmente a partir de perspectivas ancoradas na produção (TASCHNER, 2000, p. 02).

Desse modo, realizando um levantamento, mapeamento e análise das produções científicas sobre o lazer, verificou-se a existência de abordagens de cunho marxista que apresentam o conceito como faces opostas da vida cotidiana, sob a forma da dicotomia entre trabalho e lazer, assim como, autores que abordam a temática sem, no entanto, discutir os termos de maneira antagônica, como se observa nas contribuições de Elias (1984, 1993 e 1994).

Diante dessa constatação, para melhor entendimento dos processos relacionados ao lazer, cabe uma retomada das abordagens teóricas que colaboram para a compreensão e a discussão frente ao contexto social em que estamos inseridos.

Assim, pode-se destacar que a dialética entre o trabalho e o lazer, as mudanças no comportamento social em virtude dos acontecimentos econômicos sociais e as relações da vida em sociedade com o lazer, são fatores que influenciaram o desenvolvimento social da humanidade.

Nesse sentido, para entender as concepções mais atuais sobre o lazer e as possíveis aproximações com o trabalho e os significados da cultura no processo de consumo e lazer é preciso não perder de vista o passado, sendo necessário realizar uma retomada da trajetória histórica das práticas do lazer na história humana.

Segundo Gomes (2008), os termos latinos “*licere*” e “*licet*” deram origem a palavra lazer que significa “lícito”, “permitido” e “ter o direito”. Na forma arcaica do século XIII, atribuíram-se a terminologia “*lezer*” o sentido de “preguiça” e “pouca vontade de trabalhar”, relacionando-se a noção de ócio e de “não trabalho”. Já os verbetes lazer no francês (*loisir*) e inglês (*leisure*) conferem conotação de comodidade, vagar, descanso e folga.

Na sociedade Greco-romana, o lazer era imprescindível para o desenvolvimento das qualidades morais e das práticas políticas, mas para tanto, os cidadãos deveriam abster-se das atividades relacionadas à subsistência e dedicar-se um tempo a si mesmo.

O indivíduo que trabalhava era visto como indigno e desprezível, pois o virtuoso não exercia qualquer atividade produtiva, ao contrário, o tempo livre o levava à apreciação, à reflexão e à sabedoria, favorecendo-lhe a libertação das necessidades do trabalho.

Inclusive, o filósofo Aristóteles relacionava o lazer com as experiências prazerosas e satisfatórias, o ócio era considerado para ele “[...] como um estado filosófico no qual se cultivava a mente por meio da música e da contemplação” (GOMES, 2008, p. 21).

Complementarmente, Werneck (2000) afirma que na civilização Greco-romana, o ideal de homem integral determinava uma relação distante com o trabalho. A vida

produtiva caracterizava um elemento que impedia a possibilidade de emancipação do espírito e a possibilidade de criação.

O lazer, por sua vez, contemplava fatores que privilegiavam a reflexão, o prazer, a liberdade e o repouso, favorecendo condições de cultura e educação da aristocracia grega.

Nesse período, portanto, nota-se que o trabalho era compreendido como algo penoso e desagradável, em contraponto, o lazer era considerado um privilégio restrito a uma classe que exigia certas condições educacionais, socioeconômicas e políticas para seu desfrute.

Após o declínio da sociedade helênica e a ascensão romana, o lazer passou a ser estratificado socialmente: os intelectuais dedicavam-se à meditação, à reflexão e a escrita de livros, ao passo que as pessoas comuns, o descanso e o divertimento eram proporcionados em grandes espetáculos, através da oferta de “pão e circo”. Gomes (2008, p. 29) afirma que “[...] essa estratégia tinha como finalidade “despolitizar” o povo, reduzindo a condição de espectador”.

Para San Martín (1997), o lazer romano possuía definições antagônicas para as classes sociais, enquanto que para a elite representava um momento dedicado ao recreio, meditação, descanso e vida social, para o povo consistia em um lazer das massas, que era depreciado pela elite social, considerado como um instrumento político de dominação.

Diferentemente do período anterior, nota-se que na sociedade romana, o trabalho abandona a conotação negativa e passa a ter aceção de um tempo livre. O ócio para as massas era concebido como tempo de descanso do corpo e de recreação do espírito,

representando lazer e divertimento, mas escondia uma face perversa de controle do Estado para mantê-los fiéis à ordem estabelecida.

Na Idade Média, com a formação do feudalismo e a ascensão do cristianismo como religião principal, a noção de lazer tomou outro sentido, passando a refletir perspectivas da moralidade católica. A vida deveria ser encaminhada de acordo com código moral pregado pela igreja, o que incluía a censura de manifestações culturais, tais como: festas, jogos, espetáculos, serões, danças, canto e qualquer outro evento que representasse um perigo à purificação da alma (GOMES, 2008).

Do mesmo modo, a atividade produtiva era considerada como algo torturante e uma punição ao pecado. O trabalho, frequentemente relacionado ao termo latino “*tripalium*”, expressava a noção de padecimento e cativeiro, que em outras palavras, todo ser humano que aceitasse a condição de pecador se submeteria ao trabalho e, em contrapartida, nos momentos de não trabalho, deveriam se dedicar a busca da paz e a purificação da alma.

Maya (2008), por sua vez, afirma que o trabalho era considerado um castigo e um elemento de purificação em resposta ao testemunho da imperfeição do homem. Os momentos de lazer preponderavam à meditação, a contemplação e a exaltação do Divino por meio das atividades manuais e artísticas.

De acordo com Gomes (2008), a igreja esperava afastar as pessoas do pecado por meio do medo e apenas o riso possuía poder para dissipá-lo. O riso medieval era composto por cultos cômicos, presença de bobos e bufões, atuação de gigantes, anões, monstros, palhaço, teatro popular, além do carnaval que era celebrado intensamente pelos membros como uma fuga provisória dos moldes da vida ordinária que viviam.

Tal situação demonstra, portanto, que o lazer na Idade Média estava relacionado ao rígido controle dos indivíduos, desprovido dos prazeres da vida mundana e submetido aos preceitos bíblicos.

No período da Reforma Protestante, “[...] a moral protestante adota uma rigorosa disciplina em relação ao prazer e aos divertimentos e, com ênfase no aspecto ético e moral, o trabalho era visto como uma virtude, como um dever, como um modo de servir a Deus” (GOMES, 2008, p. 42).

Nesse sentido, o lazer passou a ser negado, representando a degradação moral devido à entrega aos ilícitos prazeres da carne e à preguiça, considerado como um pecado capital. Diante disso, a intensa dedicação ao trabalho passou a ser ainda mais valorizada.

De acordo com Chauí (1999), a supervalorização do trabalho na ética protestante deve-se, sobretudo, ao retorno ao trabalho como maldição pelo pecado de Adão e Eva, descrita no livro de Gênesis da Bíblia:

Ao ócio feliz do Paraíso segue-se o sofrimento do trabalho como pena imposta pela justiça divina e por isso os filhos de Adão e Eva, isto é, a humanidade inteira, pecará novamente se não se submeterem à obrigação de trabalhar. Porque a pena foi imposta diretamente pela vontade de Deus, não cumpri-la é crime de lesa divindade e por essa razão a preguiça é pecado capital, um gozo cujo direito os humanos perderam para sempre (CHAUÍ, 1999, p. 9-10).

Para Lenharo (1986), o protestantismo favoreceu o entendimento de que o lazer possibilitava a degradação moral, corroborando com a ideia de que o trabalho era um modo de servir a Deus, capaz de avaliar a condição existencial do homem, pois possuía uma dimensão humanizante e regeneradora.

No período da Renascença, a volta da valorização da cultura Greco-romana foi fortemente marcada pela supremacia da ciência iluminada pela razão, Maya (2008)

explica que nessa época, o homem deixa para trás a ideia de que se trata um sujeito contemplativo e teórico, passando a ser um sujeito ativo, transformador e criador de seu mundo.

No despertar da modernidade, com o desenvolvimento industrial e o incremento do capitalismo, a concepção de trabalho e lazer também sofreram influências do contexto social.

Assim, em conformidade com o ideário liberal, que sustenta as bases do capitalismo, tudo deveria ser sacrificado em nome do trabalho e este deveria se apresentar como uma prioridade na vida social. Nesse sentido, os assalariados trabalhavam por até 16 horas por dia, ficando impossibilitados de acesso à educação e, tampouco, às vivências do lazer (GOMES, 2008).

A Revolução Industrial traduzida na combinação de técnica e ciência, seguida de progressiva inovação tecnológica associada à organização da produção em massa favoreceu como que as cidades se estabelecessem como polos produtores de riqueza. Houve um quadro de crescimento sem precedentes que gerou um incremento acelerado e desordenado nas cidades.

Nesse período, Bracht (2001) afirma que o trabalho passou a ser concebido como elemento fundamental para o desenvolvimento do capitalismo, enquanto que o lazer foi considerado um fator digno, porque se tornou coadjuvante do trabalho, tornando-se um fator de mera recompensa.

Gomes (2008), por sua vez, ressalta que o tempo reservado ao trabalho e o tempo livre foram apresentados como algo opostos, sendo o primeiro reservado à necessidade e o segundo a esfera da desobrigação e da liberdade.

Assim, no contexto da sociedade capitalista em ascensão, o tempo livre era julgado como uma extensão do tempo de trabalho, sendo o lazer vivenciado como válvula de escape para as tensões, o que reforçava a alienação engendrada pela lógica do capital, ao apresentar-se como um contraponto ao trabalho produtivo. Nesse contexto, Brasileiro (2013) afirma que:

Quando o trabalho se desliga do resto das atividades do cotidiano das pessoas, e se assume a dicotomia entre o tempo de trabalho e o tempo livre, estamos ante, portanto, de um fenômeno exclusivo das sociedades modernas / industrializadas, que produzem assim a divisão temporal do cotidiano e a relação implícita entre trabalho, tempo livre e lazer (BRASILEIRO, 2013, p. 99-100).

Entretanto, apesar da concepção de trabalho referir-se a algo virtuoso e que “enobrecia os homens”, na prática, era considerado um esforço cansativo e rotineiro que tinha como objetivo a sobrevivência e, portanto, o lazer funcionava como um compensador da frustração gerada pelo processo produtivo (GOMES, 2008).

Nesse sentido, Brasileiro (2013) assevera que o tempo na sociedade moderna é definido como algo objetivo, medido e quantificado, enquanto que o lazer, por sua vez é acusado de não dar sentido à vida real, já que são práticas guiadas pelo princípio da natureza contra a cultura, de paixão contra a razão.

Gomes (2008) aponta ainda que a dura realidade no processo de trabalho enfrentada pelos desempregados e proletariados, grande parte se entregava ao alcoolismo e à prostituição e, a partir daí, a noção de ócio ganhou uma nova conotação passando a ser concebida como um hábito degenerativo que afrontava a produtividade.

Além disso, no contexto do mundo do trabalho, a princípio, os operários não dispunham de mecanismos para reivindicações trabalhistas, entretanto, o silêncio era aparente, pois as sucessivas reuniões dos proletários sóbrios e zangados em *pubs* e cafés passaram a representar uma ameaça efetiva ao sistema produtivo.

Os episódios culminaram no fechamento desses estabelecimentos comerciais, pois poderiam promover uma mobilização política, em contrapartida, tendia a reforçar a degradação do conceito de lazer, relacionando-o a preguiça e a displicência.

Montaner (1996), por sua vez, explica que gradativamente, os trabalhadores foram tomando consciência da sua situação social e se agruparam em organizações, criando movimentos que reivindicam por melhores condições de trabalho, exigindo redução da jornada de trabalho e o aumento dos salários, que a princípio, tornam-se elementos imprescindíveis para se gozar o tempo livre.

Vale ressaltar que nas últimas décadas do século XIX, Paul Lafargue combateu ferozmente o capitalismo com o panfleto “O direito à preguiça”, considerado como uma das primeiras sistematizações sobre o lazer, Lafargue discutiu o significado do trabalho no modo de produção capitalista, invocando a preguiça como a mãe das virtudes, base para o desenvolvimento dos conhecimentos e da capacidade de reflexão (GOMES, 2008).

Essa nova mentalidade gerou uma mobilização geral dos operários, à qual Lafargue denominou de “religião”. O trabalho passou a ser intensamente valorizado e, assim, nascia a “civilização do trabalho”.

Neste contexto, inclusive, iniciou o desenvolvimento de uma nova mentalidade para aqueles que não trabalhavam, esses seriam considerados parasitas, inúteis ou delinquentes e, portanto, não teriam o direito de comer, descansar e se divertir, ou seja, uma relação antagônica entre lazer e trabalho, vistos como polos opostos, onde um significa a negação ou o inverso do outro.

Entretanto, ao longo do século XIX, os feriados e férias escolares passaram a existir no sentido de proporcionar um tempo livre, como compensação do desgaste

gerado pelas rotinas do trabalho escolar, nascendo “[...] a noção de férias como compensação e como mudança necessária no curso da vida social. Isso permitiu a constituição do lazer não como um espaço de luta e de mobilização política, mas como quebra de rotina [...]” (GOMES, 2008, p. 61).

O lazer passou, então, a ser destinado à vivência de atividades lúdicas, como as práticas de ginástica ao ar livre e esporte, voltado para equacionar o tempo livre, entretanto, havia ainda uma repudia ao ócio. Além disso, “[...] foi constituído como um tempo/espaço subtraído do trabalho, como um campo propício para fugir da rotina, compensar frustrações, proporcionar descanso ou divertimento no tempo supostamente “livre” das mazelas do trabalho produtivo” (GOMES, 2008, p. 62-63).

A autora afirma que no final do século XIX, o lazer passou a ser visto como um direito de cidadania reivindicado pelos trabalhadores, inclusive, o tempo de lazer conquistado não se contrapõe ao trabalho produtivo, mas complementa-o.

Na pós-modernidade, Huyssen (1993) afirma que as práticas de lazer estão relacionadas às linguagens artísticas a um tipo de realidade multifacetada, fragmentada e híbrida. Já Oliveira (2006) assevera que as atividades de lazer estão associadas ao consumo de roupas, estilos de vida e atividades de recreação com forte apelo midiático.

Gomes (2008), por sua vez, aponta que o lazer na pós-modernidade surge como um produto supérfluo, inclusive, dispensável para muitas pessoas que não tem como obter patamares mínimos de dignidade, visto que seu objetivo principal é a luta pela sobrevivência.

Além disso, o lazer se consolidou como um produto que impulsiona uma promissora indústria, capaz de gerar altas taxas de retorno, haja vista os investimentos

maciços que vêm sendo colocados nesse mercado nos últimos anos através das indústrias de lazer e entretenimento.

Werneck (2000) afirma que a descoberta do lazer revelou a essência de um fecundo e promissor mercado, capaz de gerar lucros significativos, estreitando relações com a indústria cultural do entretenimento.

Tal ideia se coaduna com a Teoria do Lazer de Dumazedier (1975), para quem o define como um produto específico da industrialização. O autor afirma que para se chegar ao lazer em seu sentido moderno foi necessário regulamentar o tempo de trabalho que cria o tempo de lazer:

[...] foi preciso que o advento da civilização urbana e do trabalho urbano de tipo industrial e administrativo introduzisse um corte nítido entre as horas de trabalho e as horas do não trabalho, com uma regulamentação da duração do dia de trabalho, uma regulamentação da semana do trabalho, com o lazer de fim de semana (weekend) e uma regulamentação do ano de trabalho, com o aparecimento do descanso (férias pagas) [...] (DUMAZEDIER, 1975, p. 18).

Para o autor há, pelo menos, dois tipos de tempos: o tempo liberado pela produtividade e o tempo que não é ocupado, em virtude da escassez de emprego. O primeiro é um sinal de vigor e de saúde no sistema de produtividade, enquanto que o segundo é um tempo de má saúde econômico-social. O lazer supõe o tempo liberado.

Assim, com as descobertas das técnicas de produção, pôde-se produzir mais e em menos tempo, o que implica em mais riqueza e mais tempo livre, entretanto, no contexto social da atualidade, o tempo livre se tornou também um tempo cooptado, pois as manifestações de lazer se tornaram produtos a serem ofertados e adquiridos como uma mercadoria/produto da sociedade capitalista.

Para o autor, a sociedade industrial é produtora de lazer, uma vez que o tempo liberado é, então, transformado em lazer o que pressupõe associá-lo a novos valores,

como direito social à expressão de si mesmo, tal como vemos ser o termo concebido na sociedade atual.

Lazer: Definições, Reflexões e Análises

Na literatura acadêmica há diversas definições para o lazer ao longo da história. A falta de consenso conceitual é notadamente marcante e, portanto, não é possível encontrar uma forma efetiva ou um sentido exclusivo para o termo.

Assim, sem pretensão de se conceber um único conceito como certo, a análise aqui apresentada aborda, inicialmente, a definição clássica de Dumazedier (2000, p. 34) para quem o lazer é:

[...] um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

Marcellino (2006), por sua vez, afirma que grande parte da população entende que lazer está relacionado às atividades recreativas ou a eventos de massa, voltada ao descanso, ao entreter-se, recrear-se, enfim, ao descanso e ao divertimento.

Além disso, o autor ressalta que o termo também se relaciona ao desenvolvimento pessoal e social, pois o conteúdo das atividades de lazer poderia ser altamente educativo, abrindo possibilidades pedagógicas e componentes lúdicos no campo do lazer. Assim, o lazer pode ser explicado como um campo de atividade em estreita relação com as demais áreas de atuação do homem.

Complementarmente, o lazer é entendido ainda como:

A cultura – compreendida no seu sentido mais amplo – vivenciada (prática ou fruída), no “tempo disponível”. É fundamental como traço

definidor, o caráter “desinteressado” dessa vivência. Não se busca, pelo menos basicamente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. A disponibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa (MARCELINO, 2004, p. 31).

Requixa (1980) e Gaelzer (1979) relacionam o lazer às situações de liberdade, de habilidade e prazer, apresentando-se como uma ocupação não obrigatória e de escolha do indivíduo, enquanto que Dieckert (1984) o define como um evento propício à saúde, tal como a prática do esporte.

A partir de uma perspectiva crítica em relação ao lazer, Marcuse (1971, p. 50) define-a como “[...] uma alienação, uma ilusão de autossatisfação das necessidades do indivíduo, porquanto estas necessidades são criadas, manipuladas pelas forças econômicas da produção e do consumo de massa, conforme o interesse de seus donos”, ou seja, o lazer no contexto da sociedade capitalista é uma atividade inexistente.

Nota-se, portanto, que as abordagens de concepções relacionadas ao lazer são múltiplas: ora voltadas ao bem-estar, ao prazer, ao recreativo, a uma atividade pedagógica, a uma satisfação de necessidades sociais, ou ainda, como um instrumento de sedução do capitalismo para dominar uma classe.

Entretanto, não se pode negar que os múltiplos significados associados ao lazer foram construídos através do tempo de acordo com o processo de transformação vivido em cada nova etapa do desenvolvimento do conhecimento humano.

Embora Dumazedier (2000) afirme que a gênese do lazer esteja situada na origem das sociedades industriais, é inegável a presença do lazer no processo de constituição histórica, seja no ócio grego ou na política do “pão e circo”, certamente não se pode afirmar que se trata de um fenômeno exclusivo das sociedades industriais.

Nesse sentido, o lazer no contexto do capitalismo pode ter recebido outra conotação, lançando-se, sobretudo, como um campo que busca incansavelmente por

lucros a fim de acumular cada vez mais capitais a partir da satisfação das necessidades dos indivíduos por meio do entretenimento e do descanso.

Um exemplo que pode assegurar um lucro bastante elevado são as grandes empresas no ramo da internet, das redes sociais e da telefonia, onde os funcionários desfrutam de ambientes descontraídos, espaços para cochilos, áreas de jogos e outros entretenimentos dentro do ambiente empresarial.

Até pouco tempo não conseguiríamos imaginar o descanso, o ócio e o lazer incorporados ao universo corporativo, isso indica que, uma vez mais, o capitalismo se revestiu de nova armadura para coaptar os trabalhadores, pois ao investir na qualidade de vida do funcionário, impactou no índice de produtividade dos trabalhadores e, conseqüentemente, favoreceu o lucro gerado pelo trabalho.

Esse novo panorama sinaliza que o lazer e o trabalho não podem, definitivamente, ser considerados como campos opostos, nem mesmos complementares, mas como campos fundidos e imbricados.

Desse modo, conservar uma empresa saudável e competitiva vai além de um bom clima organizacional: é fundamental manter os profissionais satisfeitos e produtivos, o que implica em trazer para dentro da empresa, recursos que cativam o indivíduo fora da companhia, daí a necessidade de se ter o lazer como item obrigatório na jornada de trabalho.

A partir dos elementos apresentados, pode-se intuir que o capitalismo não criou o lazer, mas utilizou desse aparato para colocá-lo a seu serviço. Nesse sentido, quando o trabalhador se envolve em atividades de lazer dentro da empresa, conduz a um mascaramento de atitudes que o levam a assumir como sendo os de seus interesses, quando na verdade são os da empresa.

A maior valorização dos indivíduos dentro da empresa por meio de ações relacionadas ao ócio pode trazer impactos profundos nas práticas de gestão, com foco em qualidade e produtividade. Tal discurso é revestido de enfoques voltados para a saúde, descansos, quebras de regras de horários e outros privilégios, que ao oferecer algum benefício ao trabalhador, certamente corresponderá com as expectativas do capitalista.

Portanto, a concepção de que o trabalhador está livre para usufruir um tempo em que o mesmo deveria estar em trabalho, nada mais o é do que um controle sobre o indivíduo. É um novo estado de alienação dos sujeitos.

O conceito de Lazer para Norbert Elias

No âmbito das diversas abordagens teóricas que procuram conceituar o lazer, Elias (1984, 1993 e 1994) apresenta contribuições bastante interessantes a partir do qual busca compreender a sociedade fundamentada na análise de seus diversos aspectos, dentre eles, o lazer.

De acordo com Elias (1984), a estrutura do comportamento humano “civilizado” se relaciona com a estrutura das sociedades ocidentais modernas, de modo que as modificações ocorridas na estrutura da personalidade do indivíduo produzem modificações na estrutura social onde o mesmo se insere e vice-versa. Segundo o autor:

O trabalho, de acordo com a tradição, classifica-se a um nível superior, como um dever moral e um fim em si mesmo; o lazer classifica-se a um nível inferior, como uma forma de preguiça e indulgência (ELIAS, 1984, p. 106).

Essa “inferioridade” relacionada ao lazer no contexto do desenvolvimento das sociedades industriais tomou outros significados para o autor: o trabalho e o lazer apresentam um mesmo nível de importância nas sociedades atuais.

Assim, atividades de lazer não são concebidas como complementares ao trabalho e nem mesmo como relaxamento das tensões, mas através do lazer, busca-se uma excitação agradável que ultrapasse o conceito elementar de lazer e ócio cooptado pelo modo de organização social capitalista, para a qual tudo é produto, valor e mercadoria, inclusive, o tempo livre, do não trabalho.

Elias (1984) explica que houve um aumento do controle social (público e privado) e do domínio da excitação exagerada nas sociedades industriais mais avançadas, pois as sucessivas crises econômicas características dessas sociedades, tornaram-nas menos abertas às possibilidades de excitamentos fortes e espontâneos.

Assim, somente as crianças seriam permitidas demonstrações de forte euforia, tal como, raiva, alegria, choro e medo, entretanto, mesmo assim, elas já seriam educadas de tal maneira que esse comportamento fosse suprimido, mais contido e racional ao longo de seu desenvolvimento por meio de instituições civilizatórias como família, escola, igreja, empresa, exército, clube social visando inseri-las no mundo adulto “civilizado”.

Dessa maneira, o que se nota, portanto, que nas sociedades industriais, dotadas de elevada diferenciação das funções sociais, exigiu e produziu uma intensificação maior de restrições, que levou a uma maior repressão das manifestações espontâneas de lazer.

Nesse panorama, o desenvolvimento de autodomínio se tornou um aspecto importante da estrutura da personalidade do indivíduo, a ser incorporado por este, do mesmo modo em que no âmbito público há uma intensificação do controle através dos tabus disseminados pelas sociedades, mantendo-se, desse modo, certo equilíbrio nas relações sociais.

Nesse âmbito de controle das emoções, surgiu uma necessidade biológica de libertar as tensões por meio das atividades de lazer, permitindo com que se vivenciem sentimentos fortes de alegria e euforia, favorecendo a produção dos hormônios intitulos endorfina e adrenalina, que ao ser liberado no corpo humano estimula a sensação de bem-estar, conforto, melhor estado de humor e alegria.

Desse modo, quanto maior o grau de intensidade de atividades realizadas, maior se intensifica a sensação de satisfação e alívio das tensões, nesse sentido, o lazer se tornou um momento de produzir sensações agradáveis, liberando as angústias produzidas pela vida rotineira, em um contexto que, para Elias (1984), as “explosões apaixonadas” e a “ausência de controle dos excitamentos”, tornaram-se cada vez mais raras, inclusive, no âmbito privado e familiar.

De acordo com Elias e Dunning (1992), o lazer pode ser compreendido como uma ocupação que poder ser escolhida livremente, justamente por ser agradável e não remunerado. Diante disso, ao escolher as atividades recreativas, os indivíduos consideram, principalmente, o prazer e a satisfação dentro dos limites aceitos pela coletividade, cumprindo uma “função des-rotinizante”.

Trata-se de um momento de “liberação das tensões”, mas realizado dentro dos limites considerados aceitos no contexto social, nos espaços e períodos propícios destinados a isso (período de férias, parques temáticos, locais destinados a esportes de aventura, etc.), ou seja, trata-se da possibilidade de um descontrole medido ou de um descontrole controlado socialmente.

Em outras palavras, busca-se nas atividades de lazer um aumento da liberação do stress, da satisfação e de sentimentos agradáveis, muitas vezes ausentes na rotina diária e que contribuem para restaurar as forças do corpo e da mente, sendo, entretanto, um

tipo de excitação que não coloque em risco a ordem da vida social, mantendo-se o equilíbrio das relações engendradas no âmbito da sociedade moderna.

Elias e Dunning (1992) afastam-se de uma perspectiva dicotômica que coloca o lazer e o trabalho como faces opostas da vida social e, em contrapartida, entendem o lazer como um tipo de atividade que se insere no tempo livre e na rotina dos indivíduos como um momento des-rotinizante da vida dos sujeitos nas sociedades industrializadas.

Além disso, os autores concebem o indivíduo como transformador da sua realidade, como sujeito social que pode oferecer sentido à atividade de lazer e aproximá-la da busca da excitação ou do prazer.

Entretanto, Elias e Dunning (1992) apontam diferenças entre as atividades realizadas no tempo livre, demonstrando, a partir do conceito “espectro do tempo livre”, que no tempo liberado do trabalho profissional, existem atividades exercidas cotidianamente que não constituem em práticas com objetivo de lazer, ou seja, não se enquadram como trabalho produtivo e nem mesmo como lazer.

Os autores classificam essas atividades de acordo como seu “grau de rotina” em três grupos:

1. Atividades rotineiras: alimentação, atividades domésticas, higiene, etc;
2. Atividades de formação e autodesenvolvimento: estudo não escolar, *hobbies*, trabalho voluntário, atividades religiosas, etc;
3. Atividades de lazer: encontros sociais, viagens, caminhadas, jogos, viagens, jantar/almoço em restaurantes, etc.

Essa classificação evidencia que conceber o tempo livre como sinônimo de lazer não é verdade, pois uma parte do tempo livre não é considerada como lazer, mas sim como outras atividades rotineiras e necessárias desenvolvidas durante o tempo de não

trabalho profissional. Para os autores, as atividades de lazer são atividades de tempo livre, mas nem todas as atividades de tempo livre são de lazer.

Assim, o lazer não é concebido como oposição ao trabalho, mas sua finalidade é fazer oposição às rotinas da vida social, dentre as quais se insere o trabalho profissional, sendo, portanto, uma das funções do lazer, a quebra da rotina, gerando uma tensão, excitação agradável e restauradora das “energias” desprendidas nas outras atividades rotineiras.

Lazer e Consumo

Nas sociedades contemporâneas cujo modo de produção é capitalista, observa-se a valorização do capital de forma que a própria vida humana, seus propósitos e buscas parecem inconscientemente se relacionar com trabalho, enquanto produto e produtor a serviço deste modelo de sociedade. Nesse sentido, observa-se um “empresariamento” da vida, como se essa a vida se resumisse ao contexto do labor e do esforço.

Esta perspectiva se relaciona com o desenvolvimento do neoliberalismo onde é possível verificar que os princípios econômicos impõem suas premissas distanciando-se da sustentação da vida para a sujeição ao capital.

Nesse sentido, o conceito de “Biopolítica”, desenvolvido na obra de Foucault (2008), caracteriza bem essa relação entre a política e a vida sob o prisma do capital, na medida em que permite a compreensão da vida cooptada por mecanismos de dominação se integram no espaço da vida humana produzindo-a sob a configuração do *homo economicus*, cuja vida se volta inconscientemente ao atendimento às exigências do capitalismo neoliberal.

O autor, embora represente outra corrente de pensamento, contribui para a elucidação das questões aqui apresentadas ao discutir os processos inerentes à dominação da vida.

Trata-se de um processo de subjetivação, de produção da própria existência humana e de suas formas de estar no mundo, que são invadidos e cooptados pelo modelo “empresa” e do “humano” como um “capital” a ser lançado na seara do mercado.

Nesse sentido, a produção do lazer também se insere na ótica do capital, como mercadoria ou processo de subjetivação à medida que se estabelece como forma de alienação por meio da mídia e outras ferramentas modernas que se incumbem de dominar o tempo livre dos sujeitos contemporâneos, preenchendo seu tempo livre e seu processo de existência nas mais profundas representações de seu “estar no mundo”.

Desse modo, nota-se que no contexto da sociedade atual é evidente a existência de uma apropriação das manifestações de lazer pelo mercado capitalista, bem como a busca pelo oferecimento de “produtos” a serem consumidos para a ocupação do tempo livre.

Essa relação evidencia uma conexão entre as demandas do mercado capitalista e sua constante busca pela criação de novos mercados e os estudos do lazer. Assim, cabe considerar que:

À medida que a atividade industrial cresceu e superou os hábitos predatórios da comunidade, a propriedade acumulada substituiu velhos troféus adquiridos por bravura e ganhou importância como o expoente convencional de prepotência e sucesso e como uma base habitual de reputação e estima. Em outras palavras, se a reputação de alguém estivera, no passado, atrelada à coragem, da qual os troféus eram mera evidência, ela se vinculou, posteriormente, à posse de bens; a partir de então, tornou-se necessário atingir um padrão de riqueza um tanto indefinido (TASCHNER, 2000, p. 02).

No âmbito dessas discussões, Marx (1989 e 1988) contribui para a análise do lazer quando estabelece a relação entre “trabalho” e “não trabalho”, analisando a temática sob uma perspectiva diferente de Elias.

Já Friedmann (1972), em seu livro “O trabalho em migalhas”, dedica um capítulo completo, intitulado “Os lazeres e a insatisfação do trabalho” para analisar o campo do lazer, expondo que o homem é o único e mesmo ser que trabalha e tem lazer.

Para o autor, a insatisfação na ocupação profissional pode influenciar na vida fora do trabalho, levando-o as práticas de “evasão”, cultivando atividades ditas “de lazer” com a conduta de “matar o tempo”.

Em contraponto, o autêntico lazer “[...] é também um lazer livremente escolhido, praticado no momento e da maneira esperada por aquele que dele aguarda a satisfação e até mesmo certo desenvolvimento” (FRIEDMANN, 1972, p. 162).

Para Lefebvre (1991, p. 62), “[...] o lazer não é mais a festa ou a recompensa do labor, também não é ainda a atividade livre que exerce para si mesma. É o espetáculo generalizado: televisão, cinema, turismo”, nesse sentido, os espaços reservados ao lazer estão povoados de signos que não têm a produção e o trabalho por significados, entretanto, estão intimamente relacionados com o trabalho produtivo.

Lefebvre (1991) revela também que a cultura de massa está incumbida de preencher cotidianamente o tempo de lazer, nessa tarefa, a televisão é o principal meio de massificação estruturada para criar e difundir mercadologicamente culturas, contribuindo para a alienação destes.

Outro autor que contribui para a discussão é Adorno (1995 e 1998) para quem há uma sociedade opressora e competitiva, de base capitalista e pautada nas necessidades

de mercado, que é repressora das liberdades individuais. Para ele, os sujeitos são “indivíduos massificados”, ainda que de maneira inconsciente.

Para o autor, a cultura é padronizada e mercantilizada, do mesmo modo como acontece nas outras esferas da vida humana, onde tudo é mercadoria e onde o indivíduo tem seu senso crítico aprisionado: vive-se em conformidade com um padrão estabelecido, ao qual dificilmente oferece oposição e resistência.

Diante disso, o entretenimento é para Adorno (1995) uma forma de extensão da dominação inconsciente e da sujeição dos indivíduos à indústria cultural, que atua nos momentos de lazer de forma a desviar o pensamento e a atenção do indivíduo que consome no tempo livre, alienadamente, seus produtos.

Para o autor, o tempo livre deveria ser o tempo que o indivíduo tem por benefício e não privilégio. Um momento livre dedicado para decidir, escolher e se organizar conforme suas vontades e interesses legítimos, entretanto, isso só seria possível em pessoas emancipadas e não subordinadas a uma realidade social, onde o tempo livre é uma sombra do trabalho.

Assim, conforme as contribuições dos autores elencados acima, conclui-se que o conceito de lazer se vincula ao panorama da sociedade industrial, onde o trabalho continua tendo primazia sobre o lazer.

O “não trabalho” é preenchido por uma gama de atividades que nem sempre permitem ao homem escolher suas ações conforme sua vontade própria, mas adquirem produtos de lazer, socialmente chancelados como opções possíveis e como uma válvula de escape para as tensões diárias.

Nesse sentido, os homens consomem “pacotes” de lazer, diversão, viagens, livros, filmes, jogos, etc. que possibilitam um escape momentâneo da dura realidade

vivenciada, sem, no entanto, constituir-se efetivamente em uma dimensão interiorizada pelo homem, enquanto manifestação de seu espontâneo e de sua existência enquanto vida, criatividade e prazer.

Considerações Finais

Através desta pesquisa, pôde-se compreender a evolução dos aspectos relacionados ao lazer durante o processo histórico de desenvolvimento humano, bem como demonstrar distintas concepções clássicas do lazer, sendo possível realizar uma possível reflexão das práticas de lazer no contexto da sociedade pós-moderna.

De modo mais específico, procedeu-se a realização de uma análise mais específica do conceito à luz das contribuições de Elias e Dunning (1992) para quem a função do lazer se relaciona com a oposição às rotinas da vida, dentre as quais reside o trabalho profissional.

Assim, uma função do lazer é a possibilidade de quebra da rotina, favorecendo a liberação das emoções que permitem uma excitação agradável, contribuindo para revigorar as forças e os ânimos dos indivíduos.

Destaca-se, ainda, o conceito “espectro do tempo livre”, onde identifica as demais atividades, além do trabalho, que são executadas de forma rotineira e que não compõem o conceito de lazer. Este se insere no tempo livre junto a outras atividades realizadas no tempo de não trabalho, mas este tempo não se concebe como sinônimo de lazer, haja vista que nem todas as atividades de não trabalho são atividades de lazer.

Diante dessas considerações, verificou-se que as contribuições de Elias e Dunning ampliou o debate em relação à temática do lazer, evidenciando que não se deve analisar o conceito de lazer apenas pelas exigências do mundo do trabalho, mas

também a partir das necessidades dos indivíduos de compensar as tensões resultantes do autocontrole e da repressão culturalmente internalizada.

Em contraponto a noção de lazer empregada por Elias e Dunning, analisou-se também a contribuição de teóricos marxistas, cuja contribuição é relevante no sentido de compreender as relações entre lazer e consumo, sob os ditames do capitalismo que se refletem nas práticas de lazer nos dias atuais.

Nesse contexto, outra discussão empreendida está no lazer como uma estratégia empresarial: surge uma preocupação com a qualidade de vida dos trabalhadores, proporcionando-os prazer e diversão, mas na realidade, não passa de um recurso de controle indireto dos indivíduos na busca de melhor produtividade.

A necessidade de se criar uma articulação entre o sistema capitalista e o campo do lazer é preenchida pelas taxas de lucro. O lazer, portanto, torna-se um aparato do capitalismo.

Em última análise, identificamos a relação do lazer e trabalho ao longo da história humana: inicialmente, considerado como um campo oposto ao trabalho, mais adiante, como um complemento do trabalho e, nos dias atuais, essa relação é elevada a um patamar ao ponto que ambos são apenas um. Uma tendência inevitável para o futuro próximo, já que muitas empresas estão adotando no clima organizacional espaços de lazer.

Diante disso, compreender o porquê as pessoas buscam as atividades de lazer é perceber, antes de tudo, os processos geradores de emoções que colaboram para o entendimento das relações humanas e as suas evoluções.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **Palavras e sinais**. Petrópolis: Vozes, 1995. 262 p.

_____. **Prismas: crítica cultural e sociedade**. São Paulo: Ática, 1998. 288 p.

BRACHT, V. Saber e fazer pedagógicos: acerca da legitimidade da Educação Física com componente curricular. In: CAPARROZ, F.E. (Org.). **Educação Física escolar: política, investigação e intervenção**. Vitória: Proteoria, 2001. p. 193-214.

BRASILEIRO, M. D. S. O Lazer e as Transformações Socioculturais Contemporâneas. **Revista Lusófona de Estudos Culturais – Lusophone Journal of Cultural Studies**. v. 1, n. 2, p. 90-108, 2013. Disponível em: <http://estudosculturais.com/revistalusofona/index.php/rlec/article/view/35/51> . Acesso em: 19 jan. 2016.

CHAUÍ, M. Introdução. In: LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. São Paulo: Hucitec/Unesp, 1999. p. 9-20.

DIECKERT, J. **Esporte de lazer: tarefa e chance para todos**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1984. 184 p.

DUMAZEDIER J. **Questionamento Teórico do Lazer**. Porto Alegre: Editora EMMA, 1975. 73 p.

_____. **Lazer e Cultura Popular**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000. 333 p.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1984. 201 p.

_____. **O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, v. II. 308 p.

_____. **O processo civilizador: Uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 1994, v I. 264 p.

_____; DUNNING, E. **Memória e sociedade a busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992. 421 p.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1974. 512 p.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica**. Curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008. 496 p.

FRIEDMANN, G. **O trabalho em migalhas: especialização e lazeres**. São Paulo: Perspectiva, 1972. 287 p.

GAEZLER, L. **Lazer: benção ou maldição?** Porto Alegre: Sulina, 1979. 191 p.

GOMES, C. L. **Lazer, Trabalho e Educação: relações históricas, questões contemporâneas**. 2ª edição Ver. E Ampl. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. 151 p.

HUYSSSEN, A. Guia del posmodernismo. In: CASULLO, Nicolas (Org.). **El debate modernidad e posmodernidad**. Buenos Aires: El cielo por asalto, 1993. 327 p.

LENHARO, A. **Sacralização da política**. Campinas: Papirus, 1986. 218 p.

MAYA, P.V.R. Trabalho e tempo livre: uma abordagem crítica. In: JACQUES, M.G.C., *et al.* (Org.). **Relações sociais e ética**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 31-47, 2008.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e Educação**. 11. ed. Campinas: Papirus, 2004. 164 p.

_____. **Estudos do lazer: uma introdução**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2006. 97 p.

MARCUSE, H. **La agresividad en la sociedad industrial avanzada**. Madrid: Alianza Editorial, 1971. 136 p.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Nova cultural, 1988. 286 p. v. 1.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1989. 214 p.

MONTANER, J. **Psicosociología del turismo**. Madrid: Síntesis, 1996. 240 p.

OLIVEIRA, C. Sobre lazer, tempo e trabalho na sociedade de consumo. **Revista digital**. Buenos Aires – Ano 11 – Nº 97-Junho. p. 20-34, 2006. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd97/trabal.htm>. Acesso em: 19 jan. 2016.

REQUIXA, R. **Sugestões de diretrizes para uma política nacional de lazer**. São Paulo: SESC, 1980. 103 p.

SAN MARTÍN, J. E. **Psicosociología del ocio y el turismo**. Granada: ALJIBE, 1997. 153 p.

TASCHNER, G. B. Lazer, Cultura e Consumo. RAE – **Revista de Administração de Empresas**. Out./Dez. 2000. E v. 40, n. 4, Out./Dez. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v40n4/v40n4a04.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2014.

WERNECK, C. **Lazer, Trabalho e Educação: relações históricas, questões contemporâneas**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; CELAR-DEF/UFMG, 2000. 267 p.

Endereço das Autoras:

Joselaine Andréia de Godoy Stênico
Rua João Evangelista do Amaral, 127. Jd. Boa Esperança
Santa Bárbara d'Oeste - SP - 13.400-489.
Endereço Eletrônico: josellaine@yahoo.com.br

Marcela Soares Polato Paes

Rua Cônego Cipriano de Souza Oliveira, 775 - Apto 6. Veneza
Limeira - SP - 13.480 369
Endereço Eletrônico: mmarcellappg@bol.com.br